

atlas de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

N.º 36

GEOHISTÓRIA DOS ESTREITOS

DELGADO DE CARVALHO

1 — Introdução. 2 — Condições geográficas. 3 — Aspectos políticos. 4 — Conclusão. 2

JAMAICA — O VÉRTICE DAS GRANDES ANTILHAS

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Aspectos geográficos. 2 — Aspectos históricos e políticos. 7

SUDÃO — PAÍS DE ÁGUAS E DESERTOS

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Posição. 2 — Formação histórica. 3 — Aspectos geoeconômicos. 10

A FINLÂNDIA NO MUNDO BÁLTICO-ESCANDINAVO

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Posição. 2 — Fisiografia. 3 — Formação do Estado. 4 — Situação econômica. 5 — Conclusão. 14

ARQUIPÉLAGO DAS BAHAMAS

THEREZINHA DE CASTRO

1 — Considerações geográficas. 2 — Considerações históricas. 18

Geohistória dos Estreitos

(Dardanelos e Bósforo)

Delgado de Carvalho

1 — Introdução

Quando é feita uma referência histórica aos “Estreitos” trata-se evidentemente dos dois canais que separam a Ásia Menor do continente europeu e não das feições peninsulares dos Estados Malaios, na Ásia.

O *Bósforo* e os *Dardanelos* são as portas do mar Negro e seu valor depende da importância econômica, política e militar de quem domina aquele mar. Este fato explica o interesse histórico, relativamente recente, destes estreitos. A situação é antiga, tendo sido sempre sua significação, embora só no século XVIII passasse a merecer o nome de “*Questão*”. O fato que contribuiu para dramatizar este problema foi a posição geográfica que nele tomou *Bizâncio*, *Constantinopla* ou *Stambul*, de qualquer nome que tenha sido chamada a cidade hoje turca.

Há seis séculos que a região dos estreitos está ocupada pelos turcos, mas há apenas três séculos que esta ocupação é tida como precária aos olhos das potências vizinhas como, aliás, das mais afastadas também. Trata-se de um típico caso de febre geopolítica que apresenta, em certas fases, acessos de febre diplomática e períodos de repouso como na hora presente.

A chamada “*Questão do Oriente*” — que comporta em seus capítulos a “*Questão dos Estreitos*” — foi considerada por René Pinon, em 1908, como a melhor escola de diplomatas, porque representa uma permanente instabilidade dos mais solenes contratos internacionais. Resulta de um equilíbrio de forças no qual os que fixaram as soluções não hesitaram em recorrer de direito para contrariá-las. O que explica as singulares e frequentes mudanças que as negociações introduziram na solução da questão é o fato de dependerem não do que se dava na

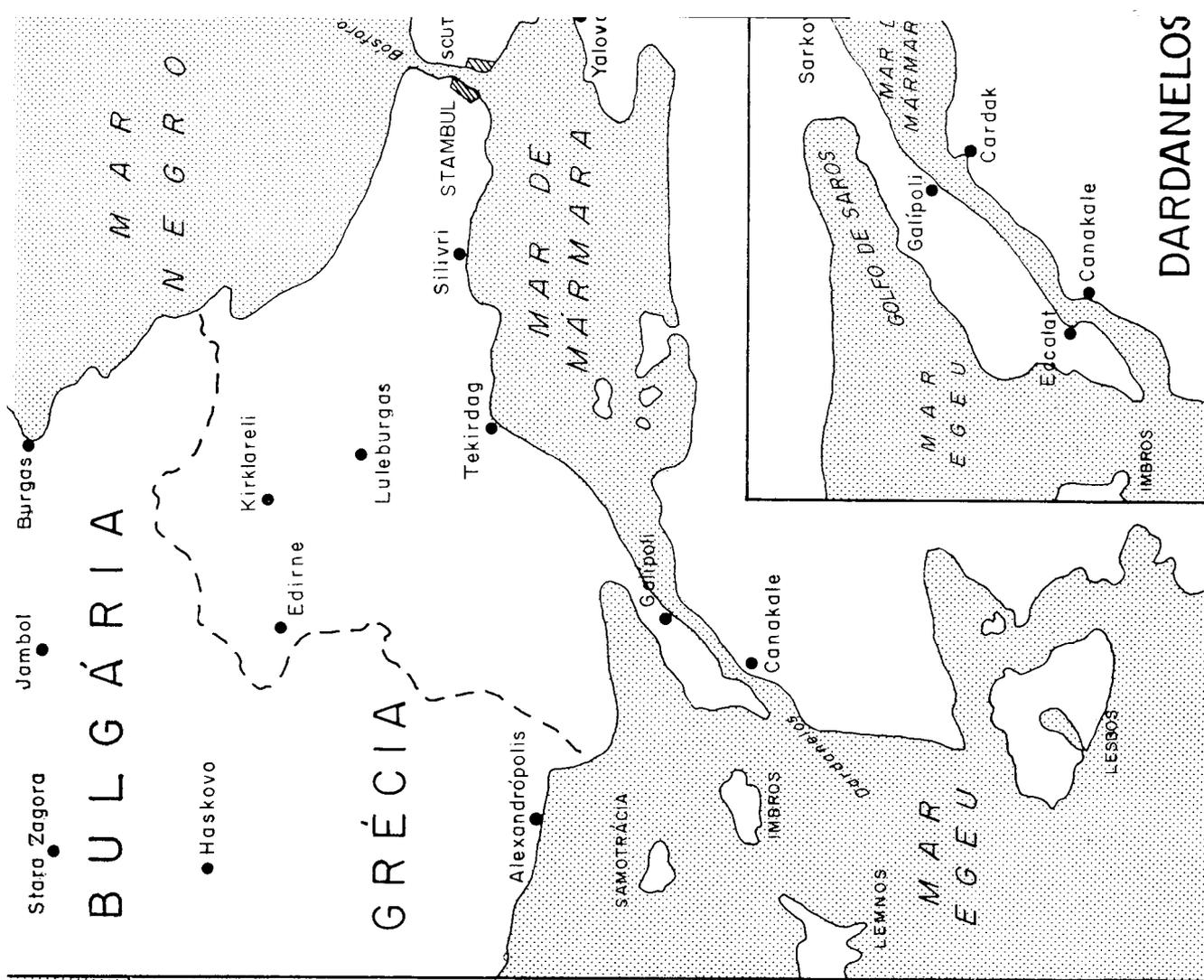
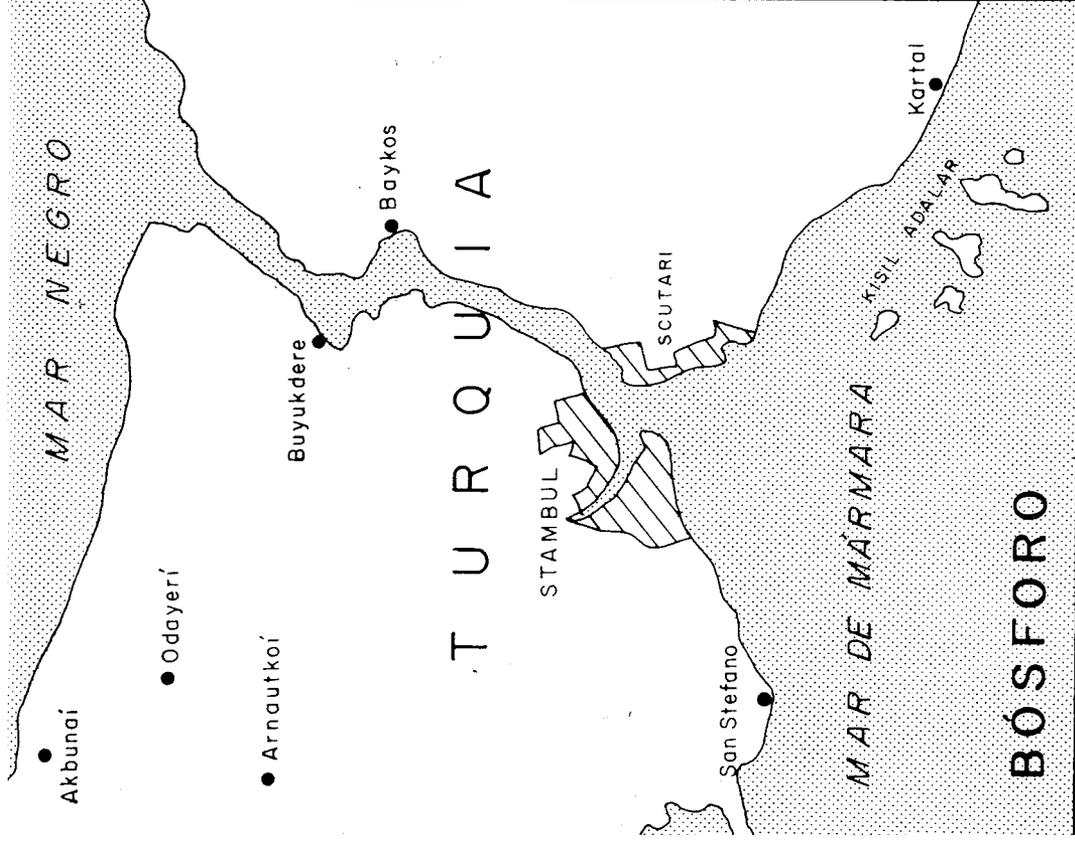
zona dos estreitos, mas, sim, das situações européias criadas por fatores independentes dos estreitos.

2 — Condições Geográficas

Os estreitos, em suas feições litorâneas, representaram sempre um aspecto geográfico característico que séculos de história nunca alteraram, mas cuja significação dependeu sempre de fatores históricos variáveis, isto é, humanos. O *Bósforo* é o estreito que liga o *mar Negro* ao *mar de Mármara*, medindo cerca de 30 km de extensão e de 300 a 3.000 metros de largura. Trata-se de um vale fluvial que foi invadido pelo mar numa época geológica relativamente recente; sua profundidade média é de 100 metros. Apresenta uma superfície de águas relativamente doces, em corrente do mar Negro para o de Mármara. Uma contracorrente de águas profundas e salgadas se dirige para o mar Negro. Ambas as suas margens são baixas, onduladas e pitorescas. Em turco, o Bósforo é chamado *Karadeniz-Bogazi*.

Os *Dardanelos* constituem o outro estreito que une o *mar de Mármara* ao *mar Egeu*. Mede cerca de 60 km, variando sua largura dos 1.270 metros aos 7 km. Assim como o Bósforo é um antigo vale sinclinal, invadido pelas águas no Quaternário; suas profundidades não ultrapassam os 100 metros, sendo que uma contracorrente profunda lhe leva águas salgadas do Egeu. Suas margens são pouco acidentadas e não se prestam para o estabelecimento de portos, marcando também um contraste com as belezas do Bósforo. Vários lugares da península de *Gallipoli*, que forma o estreito do lado europeu, ficaram célebres pela expedição mal sucedida dos ingleses e franceses durante a Primeira Guerra Mundial (1915). Foi na região mais estreita dos Dardanelos que o rei Xerxes I da Pérsia construiu uma ponte de barcos para a passagem de seu exército, que acabou vencido pelos gregos em Salamina (480 a.C.).

O problema dos estreitos é, pois, muito antigo, embora sob os pontos de vista econômico e estratégico tenha demorado vários séculos para se transformar num problema político. Só no século XVIII, entretanto, revelou-se, devido às ambições imperialistas despertadas na *Rússia*, quando a Criméia, o litoral do mar de Azof e o do mar Negro passaram a interessar à fundação de uma marinha russa.



**REGIÃO DOS ESTREITOS
(DARDANELOS E BÓSFORO)**

Mapa organizado por: THEREZINHA DE CASTRO — 1975
DivEd/D — pedro marcilio

3 — Aspectos Políticos

Os canais ou estreitos intercontinentais que atravessam o território de um Estado e estabelecem comunicações entre dois mares não são, em princípio, abertos, como ocorre com os rios, no mesmo caso. Tais estreitos só podem ser abertos por meio de tratados internacionais. Quando vários Estados ribeirinhos têm costas num *mar interior*, este mar não é mais um *mar fechado*, e a condição dos estreitos sofre modificações. Foi o que se deu com o *mar Negro*, que havia sido fechado pelo *Tratado de Belgrado* de 1739, por ocasião do discutível reinado da czarina Ana Ivanovna, a “Sangrenta”. Apesar de seus sucessos militares, os russos ficaram privados, assim, de manter no *mar Negro* navios de guerra ou de comércio.

No entanto, *Pedro, o Grande*, percebeu logo as vantagens dos estreitos no desenvolvimento da Rússia; as suas guerras com a Suécia não lhe dariam tempo de iniciar uma política de expansão no *mar Negro*. Embora *Catarina II* tenha restituído alguns territórios da península Balcânica aos turcos, obteve como compensação o direito da Rússia navegar nos estreitos e mares turcos. Assim sendo, o *Tratado Kutchuk-Kainardji* de 1774, além de outras concessões feitas pela Turquia, *abria os estreitos de Dardanelos e Bósforo aos navios mercantes da Rússia*.

Sob o ponto de vista das relações internacionais, este tratado bilateral de 1774 pode ser considerado como o ato inicial da questão diplomática que, tradicionalmente, tomou o nome de “Questão dos Estreitos”, durante dois séculos. Ao czar Nicolau I atribui-se o fato de ter sempre se referido ao “Homem Doente”, quando falava da Turquia. A questão, porém, era demasiadamente complexa para que essa “doença turca” levasse ao resultado final que sempre visaram os russos.

Depois de 1774, tratados bilaterais de *abertura dos estreitos a marinhas mercantes estrangeiras* foram passados pela Rússia com a Austria, a Inglaterra e a França (1784-1806).

A questão da independência da Grécia, que na segunda década do século XIX veio criar uma nova situação envolvendo nas negociações diplomáticas a questão dos estreitos, foi uma ocasião que parecia favorecer os planos de Nicolau I. Este czar aproveitou o *Tratado de Andrinopla*, em 1829, para *permitir à Rússia manter uma esquadra de guerra no mar Negro e abri-lo aos navios de comércio de todos os*

Estados, embora a estes países lhes fosse vedado aos seus navios de guerra.

Resolvido o problema grego, surgiria novo conflito entre o sultão Mamud II e o conquistador egípcio Mohamed Ali. Com receio de ver surgir na Turquia derrotada um novo império árabe, mais forte que o turco, a Rússia de Nicolau não hesitou em acudir ao apelo do sultão; dava-se, pois, a *ocupação dos estreitos pelas forças russas tornadas protetoras da Turquia através do Tratado de Unkiar-Skelessi* de 1833. Era um pacto de aliança e verdadeiro protetorado que fechava os estreitos e transformava o *mar Negro* em vasto porto militar russo, inacessível às froas estrangeiras e em ameaça ao próprio Mediterrâneo. Esta situação foi confirmada e mantida pelas grandes potências européias como “obrigação contratual”, enquanto a Turquia se mantivesse em estado de paz. O sultão, entretanto, passou a se reservar o direito de autorizar por “firmans” a passagem de pequenos navios de guerra a serviço de legações estrangeiras.

Quando, porém, se deu a *Guerra da Criméia*, durante a qual veio a falecer o czar Nicolau I, a Rússia acabou vencida pela coligação franco-britânica, enquanto o *Tratado de Paris* de 1856 alterava consideravelmente a situação dos estreitos. Um novo caráter foi atribuído ao *mar Negro*, na realidade, *neutralizado*; águas e portos daquele mar ficaram de acesso proibido aos navios de guerra de todas as nações ribeirinhas ou não. Ficava vedado tanto à Rússia quanto à Turquia qualquer arsenal militar ou marítimo neste local. A este propósito escreveu o jurista Henri Bonfils: “A neutralização do *mar Negro* era uma combinação coordenada, de antemão, a uma existência de pouca duração. Um poderoso império como a Rússia, com grande força de expansão, não se deixa, por muito tempo, se impor a servidões incompatíveis com a sua dignidade e independência.

Em 1867, o governo francês seria sondado, mas afastou logo o seu apoio à idéia de uma revisão do *Tratado de Paris*. Foi então que a Rússia resolveu se livrar das servidões que lhe eram impostas, por meio de uma combinação dirigida contra a França. Em vésperas da guerra franco-alemã, um acordo secreto foi feito entre a Rússia e a Prússia; em seguida, num dos momentos mais críticos da guerra franco-alemã, a 31 de outubro de 1870, o Príncipe Gortchakow denunciou o *Tratado de Paris*”, (*Droit International Public* — Henry Bonfils)

Na *Convenção de Londres* de março de 1871, assinada entre as Grandes Po-

tências e a Turquia, revogam-se as cláusulas do Tratado de Paris e a convenção russo-turca sobre navios de guerra e polícia marítima. Desaparecia, assim, a neutralidade do mar Negro, enquanto o Império Russo recuperava nele os seus direitos, restabelecendo os seus arsenais e sua Marinha de Guerra. Ao Império Turco era reconhecido o direito, em tempo de paz, de abrir os estreitos aos navios de guerra das nações amigas para que "garantissem" a independência da Turquia.

Não demorou muito esta Convenção de Londres em constituir mais uma solução para os problemas balcânicos. As perseguições, os massacres e as destruições que os turcos fizeram nas regiões eslavas da península, e que Gladstone chamou de "atrocidades búlgaras", obrigaram o czar Alexandre II a intervir pessoalmente, talvez até a contragosto. Uma rápida vitória, depois de Pleven, levou os russos a *San-Stefano*, burgo de Constantinopla onde foi assinado o Tratado de 1878, criando a Grande Bulgária que a Europa não aceitou; um Congresso em Berlim impôs à Rússia solução diferente. A questão dos estreitos não foi resolvida neste Congresso, limitando-se à discussão das duas declarações contraditórias emitidas por Lord Salisbury de um lado e pelo Conde Schuvalov do outro. Ficava, assim, sem resolução o caso até o início do século XX.

Quando se deu a guerra russo-japonesa, a esquadra russa do Báltico pôde efetuar a sua infeliz viagem para o Extremo-Oriente (batalha de Tsushima-1905); a esquadra do mar Negro, porém, teve que ficar imobilizada. Não se permitia assim à Rússia se defender com a totalidade de suas forças, mas nem por isso puderam-se evitar incidentes no mar Negro, causados por navios de "frota voluntária", arvorando bandeira comercial.

Durante as guerras balcânicas ítalo-turcas, os estreitos ficaram fechados por algum tempo, e nas negociações de paz não se tratou da questão.

Ficou provado que entre os precedentes da Primeira Guerra Mundial, os projetos austro-alemães relativos à herança turca eram admitidos pelos Jovens-Turcos e Enver-Pachá. De outro lado, a Entente Cordiale ligava a França, Inglaterra e Rússia. Entre estes dois grupos, além de muitos outros problemas internacionais, colocava-se em franca oposição a questão dos estreitos. Aos alemães e aos turcos convinha fechar a Rússia no mar Negro. Por isso, tão logo se iniciou o conflito mundial, não se demorou a Turquia em

violar os tratados, admitindo dois navios da esquadra alemã (Goeben e Breslau) nos Dardanelos, apesar dos protestos da Triplice Entente.

Foi então que, decidida a expedição dos Dardanelos em fevereiro de 1915, o Chanceler Sazanof entregou aos embaixadores inglês e francês o memorandum seguinte: "O curso dos recentes acontecimentos levou Sua Majestade o Imperador Nicolau a pensar que a questão de Constantinopla e dos Estreitos deve ser definitivamente resolvida de conformidade com as seculares tendências da Rússia. Seria insuficiente e precária qualquer solução que não permitisse incluir, nos territórios do Império Russo, a cidade de Constantinopla, a margem ocidental do Bósforo, do mar de Mármara e dos Dardanelos e bem assim da Trácia do Sul até a linha Enos-Mydia". Seguiam-se no documento outras pretensões sobre a margem asiática entre o Bósforo e o rio Sakária, por necessidade estratégica. Em Paris, Delcassé e Sir Buchanan, em Londres compreenderam as aspirações russas e prometeram solução definitiva no tratado de paz. A atitude britânica foi, sobretudo, um incentivo para a Rússia czarista.

Em março de 1917 estourava em Petrogrado a revolução russa. Nos Estados Unidos, o Presidente Wilson incluía no XII ponto de seus famosos *Quatorze Pontos* a solução a ser dada ao *regime dos Estreitos*: "liberdade de passagem de modo permanente para navios de comércio de todas as nações sob garantias internacionais".

Começava então uma nova era: o *Tratado de Sèvres de 1920* abria em tempos de paz e de guerra os estreitos a todos os navios de comércio e de guerra. Era instituída uma *Comissão dos Estreitos* com bandeira particular, orçamento seu e vários poderes de polícia, pilotagem, concessões. Eram demolidas todas as fortificações existentes nas zonas de passagem. Este Tratado nunca foi ratificado e o período de expectativa só terminou quando em fins de 1922 reuniu-se a *Conferência de Lausanne*.

Em Lausanne deu-se o curioso fato da inversão dos papéis tradicionais na questão dos estreitos: Tchitcherine, em nome da Rússia propunha o fechamento completo dos estreitos, como outrora havia proposto a Inglaterra. Era a nova fase de rivalidade anglo-russa. Foi decidido em primeiro lugar a evacuação total das forças anglo-franco-italianas que ocupavam o território turco. O *Tratado de Paz de Lausanne* declarava o princípio de *liberdade de*

passagem e navegação por mar e por ar nos estreitos, decidia sobre a *desmilitarização* das margens dos estreitos; mantinha uma *Comissão Internacional de Controle* da navegação; e assegurava, finalmente, as Partes Contratantes à Turquia a sua intervenção em caso de perigo para a navegação ou segurança das zonas desmilitarizadas.

Na *Conferência Internacional de Desarmamento*, em 1933, o ministro turco Rustu Aras fez surgir a questão dos estreitos desmilitarizados. Recentes acontecimentos tornavam então perigosa esta situação de desarmamento que não previa um surto repentino de hostilidades. O advento de Hitler na política alemã não era uma garantia de tranqüilidade internacional. O apelo da Turquia foi, em consequência, atendido favoravelmente, sendo então fixada uma reunião que se efetuou em julho de 1936 na *Conferência de Montreux*.

4 — Conclusão

O novo regime dos estreitos — resultante da Conferência de Montreux e atualmente em vigor — determinou a completa liberdade da passagem do Bósforo e dos Dardanelos aos navios de comércio em tempo de paz e em tempo de guerra, se pertencem a Estados que não se encontram em conflito com a Turquia. Quanto aos navios de guerra, em tempo de paz, as potências ribeiri-

nhas como as não ribeirinhas têm direito restrito de passagem. Em tempo de guerra, se a Turquia for neutra, a passagem só é proibida a navios de guerra beligerantes. Se a Turquia estiver em guerra, o direito de passagem é regulamentado segundo a sua conveniência. O sobrevôo dos estreitos só é permitido aos aviões civis segundo rotas aéreas determinadas pelo governo turco.

Há, pois, cerca de quarenta anos que foi tomada pelas potências européias esta decisão final que não foi afetada pela Segunda Guerra Mundial em relação aos estreitos. A não ser uma sugestão russa de revisão da Convenção de Montreux, a situação não parece mais sujeita a novas discussões de delicado caráter diplomático. O que se deu, nos últimos anos, foram condições geopolíticas evoluídas, levadas a novos terrenos de discussão pelos progressos técnicos em todos os ramos da Ciência, criando situações econômico-políticas também novas.

A questão dos estreitos, que teve tão decisiva importância num passado ainda recente, demonstra como o fator geográfico pode influir na política internacional quando o estado cultural e, particularmente, a estratégia não se libertou do determinismo regional. Perdem assim, diante do progresso científico, as mais significativas posições geográficas o seu valor histórico.

(agosto de 1975)

Jamaica

O Vértice das Grandes Antilhas

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBGE

1 — Aspectos Geográficos

A Jamaica situa-se no mar das Antilhas, ao sul de Cuba e sudeste de S. Domingos, das quais dista, respectivamente, 145 e 161 km. Integrando o grupo das *Grandes Antilhas*, apresenta-se com extensão territorial de 11.525 km², quase a metade do Estado de Sergipe (22.027 km²); seu maior comprimento é de 231 km, por 89 km de largura, apresentando, pois, *forma alongada* no sentido leste-oeste, com costas que se desenvolvem através de 800 km.

Caracteriza-se por *orografia acidentada* que se eleva a partir dos *montes Harbour* e culmina nas *montanhas Azuis (Blue Mountain)* de forma abrupta, com 2.214 metros no seu ponto mais elevado. Desse espinhaço montanhoso central partem *várias cadeias para a costa*, ocasionando a existência de *inúmeros vales transversais* que se estendem até alcançar as *planícies litorâneas*.

A acidentada orografia da Jamaica lhe fornece *rios de regime torrencial* que, ao descerem de áreas elevadas, originam numerosas *quedas d'água*, dificultando a navegabilidade. A ilha não possui grandes rios, mas sim *pequenas correntes fluviais* dentre as quais se destacam: o *Montego Bay*, o *White* e *Grande* pertencentes à vertente norte, enquanto para o sul correm o *Black*, o *Minho* e o *Cobre*. Destes, o curso d'água mais importante é o *Black*, por ser navegável em cerca de 50 km.

Pela latitude, associada à disposição das montanhas cruzando a ilha de leste para oeste, numa extensão de 260 km, seu *clima* é quente e úmido nas zonas costeiras baixas, apresentando, no entanto, temperaturas mais amenas nas regiões mais elevadas; suas máximas atingem os 37°C enquanto as mínimas são de 10°C.

Consideradas as devidas proporções, a Jamaica apresenta-se no grupo das *Grandes Antilhas* com áreas cultivadas das mais extensas e, também, mais diversificadas. A expansão e aperfeiçoamento das culturas agrícolas dessa ilha, sobretudo nos últimos decênios, deve-se, em grande parte, à sua proximidade com a grande zona de consumo que encontra na área industrial do Nordeste dos Estados Unidos.

A princípio, a *banana* se constitui em sua mais importante cultura, tendo atualmente sido suplantada pela *cana-de-açúcar*, destinada em especial à *fabricação do rum*. Além do *café*, *cacau* e *coco*, não se descuidam de suas plantações de *milho*, por se constituir este na base da alimentação da população local. Cultivam *frutas cítricas* (laranja, tangerina e limão), sendo quase que exclusividade da Jamaica o chamado "pepe", *pimentão* bastante original, muito apreciado na fabricação de conservas.

Além da pecuária e pesca, em geral para consumo local, tem grande importância o subsolo da Jamaica, que dá à ilha o *primeiro lugar no mundo como produtora de bauxita*, utilizada na fabricação do alumínio. Nas proximidades de *Mandeville* encontra-se a "Allumina of Jamaica", a principal usina de transformação da bauxita. Quanto às demais *indústrias* (charutos, têxteis, leite condensado e frutas cítricas enlatadas), se agrupam em torno da *capital do país*, na cidade de *Kingston*.

Situada na costa sul, no interior da baía de Port Royal, Kingston é considerado um dos melhores portos do Caribe.

A cidade foi fundada por colonizadores espanhóis evocando o nome de Santa Isabel, trocado depois para Kingston, quando em 1655 a Inglaterra se apoderou da ilha.

Em suas proximidades, na *ponta arenosa de Palisadoes*, localiza-se *Port Royal*, importante ponto de apoio da frota inglesa no Caribe. No rio Cobre, *Spanish Town*, a 16 km de Kingston, fundada por Diego Colombo em 1534, com o nome de Santiago de La Vega, foi capital da Jamaica até 1871. Os demais núcleos urbanos que gozam de certa importância na ilha são *portos de mar*: *Montego Bay*, *Porto Antonio*, *Porto Maria*, *St Ann's Bay*, *Falmouth*, *Morand Bay* e *Savana la Mar*.

A *população* da Jamaica foi estimada, em 31 de dezembro de 1971, em 1.911.400 habitantes, dos quais 77% são *negros*, 19% *mulatos*, e os restantes europeus e asiáticos.

2 — Aspectos Históricos e Políticos

Por ocasião de sua segunda viagem ao Novo Mundo, *Cristóvão Colombo* aportou na ilha da Jamaica, no dia 3 de maio de 1494; embora sem dar início a sua colonização, englobou-a aos *domínios espanhóis*.

Explica o *topônimo* da ilha duas teses diferentes. A primeira, do historiador perunano D. Luis Ulloa, afirma que Jamaica deriva de *Jaime*, nome que lhe foi dado por Colombo, em homenagem a um amigo; de fato, um cronista contemporâneo à era das descobertas, P. Andrés Bernáldez a chama de ilha Jaime. Outros estudiosos, no entanto, fazem crer que Jamaica é corruptela de *Xaymaca*, nome pelo qual era conhecida por seus primitivos habitantes, os índios arauques.

O certo, porém, é que o primeiro governador da Jamaica, *D. Juan de Esquivel*, trocou-lhe o nome para *Santiago* (que aliás não se perpetuou) quando em 1509 iniciou a sua colonização. Para a ilha vieram, então, *famílias espanholas*, que não conseguindo viver em paz com os *autoctones arauques*, acabaram por exterminá-los, introduzindo *negros escravos* para o trabalho na lavoura.

Fracamente guarnecida, foi a Jamaica sempre alvo do ataque de piratas que infestavam o Caribe; por seu valor estratégico, no vértice das *Grandes Antilhas*, foi sempre cobiçada e acabou por ser conquistada, em 1655, pelos ingleses. Bloqueada pelas frotas inglesas dos Almirantes Penn (1655) e Venables (1658), o domínio inglês na Jamaica só foi confirmado pelo Tratado de Madrid de 1670. Converteu-se desde então num dos focos mais poderosos de irradiação do tráfico de navios ingleses no Caribe e, sobretudo, no centro de introdução de escravos e carregamento de contrabandos da América Espanhola.

Em 1831 uma revolta de escravos levou o governo inglês a emancipá-los (1833); a produção agrícola começou então a decair, levando o Parlamento

Britânico a abolir a tarifa protecionista (1846) que, não pondo fim aos caos que se estabelecera na ilha, ocasionaria uma *outra revolta dos negros* (1865).

A ilha só voltou à calma quando o governador John Peter Grant concedeu-lhe uma *Constituição* (1866), que a transformou em *Colônia Britânica*.

Do ponto de vista administrativo encontra-se a Jamaica dividida em três *Condados*, com territórios que se estendem (à semelhança do que ocorre em Cuba) de norte para sul; são eles os Condados de *Cornwall*, *Middlesex* e *Surrey*. Os dois primeiros tendo sua economia caracterizada pela agricultura extensiva e exploração de bauxita; o último vivendo da agricultura intensiva, por ser dotado de mais vastas áreas montanhosas.

Sob o ponto de vista político o *self-government* começou a ser introduzido na ilha, gradualmente, a partir de 1950. No dia 23 de fevereiro de 1956 a ilha da Jamaica se reuniu a Trindade, Tobago, Barbados, S. Vicente, Santa Lúcia e Dominica, para formarem a *Federação Britânica do Caribe* (*British Caribbean Federation*), da qual se negaram a participar a Guiana Inglesa e Honduras Britânico (Belize).

Desta Federação retirava-se a Jamaica em 1961 para, no ano seguinte, a 6 de agosto, tornar-se *independente isoladamente*, dentro porém da *Comunidade Britânica*.

Pela atual Constituição da Jamaica, a Coroa é representada na ilha por um *Governador-General*, ligado diretamente a um *Conselho Privado*, composto por seis membros. O executivo cabe, no entanto, a um *Primeiro Ministro*, líder da maioria no Legislativo. O Legislativo é integrado por 53 membros eleitos pelo sufrágio universal, composto a *Câmara dos Representantes*; e, pelo *Senado* composto por 21 senadores, dos quais 13 indicados pelo Governador-General seguindo instruções do Primeiro Ministro, e 8 seguindo instruções do líder da oposição.

(julho de 1975)

Sudão - País de Águas e Desertos

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBGE

1 — Posição

Localizado na *África Oriental*, numa área de 2.505.405 km², equivalente, mais ou menos, aos Estados do Pará e Mato Grosso juntos (2.474.804 km²), limita-se a *República do Sudão* com o Egito, Líbia, Tchad, Central Africana e países que se integram e no planalto dos Grandes Lagos — Zaire, Uganda e Kênia. É também banhado pelo *mar Vermelho*, através de uma costa com cerca de 500 km, que, sem oferecer bons portos, tem em Porto Sudão, parcialmente artificial, a sua única saída.

Seu nome em árabe, *Bilan-es-Sudan*, significa "país dos negros", não corresponde hoje a uma total realidade, por ser sua população composta por maioria de elementos arabizados. Esse aspecto populacional reflete em grande parte o posicionamento do país, na *zona de contacto entre a África Árabe e a África Negra*.

A arabização dos negros sudaneses teve início no século XII quando aí foi introduzido o *Islamismo* e se intensificou o *comércio escravista*. A arabização dos negros é hoje mais intensa no norte, envolvendo sobretudo os *beja* que vivem entre o rio Nilo e o mar vermelho, e *núbios*, estabelecidos ao longo do grande rio. Já os *begara*, da parte central se apresentam menos arabizados, por manterem maiores contactos com os *nilóticos*, pertencentes ao grupo negro propriamente dito, estabelecidos na zona meridional, onde um grande leque hidrográfico forma o rio Nilo.

Com a *língua árabe* e a *religião islâmica* oficializadas, conta a República do Sudão com 16.019.000 habitantes, segundo estimativa feita em 1971.

2 — Formação Histórica

Complemento do Egito, o Sudão sofreu sempre invasões de povos estabelecidos naquele país mais setentrio-

nal, desde a mais remota antiguidade; invasões, por sinal, sempre repelidas, transmitindo ao Sudão a sua individualidade.

Em 1517 o Egito e parte do oeste sudanês caíram nas mãos dos *turcos otomanos*. Em 1820, o então Pashá do Egito, *Mohamed Ali* inicia a conquista do Sudão, fundando *Khartum* (1823); conquista que só seria totalmente efetivada em 1873, quando *Ismail*, Vice-Rei do Egito, auxiliado pelos *ingleses de Samuel Baker* e *C. G. Gordon* chegam até a hoje atual fronteira sudanesa com Uganda.

Após várias rebeliões efetuadas no Sudão, transformava-se este num *Condomínio Anglo-Egípcio*, pela Convenção de 19 de janeiro de 1899, após a expulsão de uma missão francesa estabelecida em Fachoda.

As novas rebeliões de 1903 e 1908 foram esmagadas pelos ingleses, mas os nacionalistas egípcios, desde a sua independência (1923), jamais cessaram de reivindicar o Sudão; por isso, o rei *Faruk do Egito* proclamou-se, em 1951, *monarca do Sudão*. Não se conformando com a situação, os sudaneses se revoltam, conseguindo a 1.º de janeiro de 1956 proclamar a *independência do país sob forma de república*.

A história política do Sudão não deixou, então, de continuar bastante conturbada, com sucessivas revoluções e contragolpes de estado, caracterizando a queda e advento de governos sucessivos. A situação se reflete, sobretudo, pela *oposição que os negros do sul fazem contra a dominação político-cultural dos elementos arabizados que dominam o norte*.

Embora desde o golpe de estado do *General Mohamed-al-Numeiry*, em 1969, tenham sido abolidas as garantias constitucionais e estabelecido um partido único, os irredentos do sul não se conformaram. Com sua inferioridade numérica como, também, bélica, continuam os negros não arabizados a provocar levantes e emboscadas, organizadas por dois partidos considerados ilegais: o UNAS (União Nacional Africana do Sudão) e o ANYA'NYA, a quem coube organizar o exército de libertação do sul.

3 — Aspectos Geoeconômicos

No Sudão, à semelhança do processo de arabização, as *regiões naturais* se sucedem em faixas de norte para sul.

A *zona meridional*, englobando as províncias de Equatória, Bahr-el-Gazal e Alto Nilo, constitui-se numa zona

planaltina, continuação da dos Grandes Lagos Africanos, onde se destaca o *Imaton* (3.500 metros) e o *Boma*, este já nos contrafortes da Etiópia.

Seu clima, do tipo *tropical úmido* caracteriza-se pela abundância das águas e fertilidade do solo, povoado por *bosques* ou ocupado por extensas plantações de *algodão*, a principal riqueza do país. O Sudão, depois do Egito, é o segundo produtor mundial de algodão de fibras longas. Encontra-se na província de Bahr-el-Gazal o melhor *caucho* explotável do Sudão. Os bosques das margens do Nilo Branco são ricos em madeiras de diferentes espécies, embora, ao lado do *próprio*, seja o *ébano* a principal matéria-prima exportável.

A *zona central*, estendendo-se de Malakal até Khartum, constitui-se numa *planície* que começa a se elevar no oeste, a partir da província do Kordofan, para apresentar no Darfur as suas maiores altitudes dentre as quais se destaca o *Djebel Marra* com 3.088 metros. Na zona planaltina do Darfur, onde as altitudes oscilam dos 1.500 aos 1.800 metros, encontra-se a divisória de águas das bacias do Congo e do Nilo. No oeste, fechando a depressão central, encontram-se os contrafortes do maciço da Etiópia, que só penetra mais profundamente no Sudão, já na região setentrional, onde sobressai o *Djebel Erba* com 2.255 metros.

Essa região central sudanesa é a mais povoada do país, como também a melhor utilizada e explotada pelo homem. Ai, além do algodão, explota-se a *goma-arábica*, de grande fama, produzida de modo suficiente para abastecer o mundo inteiro, em especial o produto procedente dos bosques do Kordofan. Cultiva-se ainda nessa depressão central o *milho grosso*, denominado *dura*, que se constitui na base alimentar da população, e em menores quantidades a *cana-de-açúcar* e o *fumo*.

No triângulo formado pela junção dos rios Nilo Branco e Nilo Azul, a *barragem de Gezira*, construída em 1925, fertiliza, através da irrigação, uma área avaliada em cerca de 5.000.000 de acres.

De um modo geral, o *clima tropical seco* não favorece a formação de bosques florestais, mas sim ao aparecimento da *savana*, que se vai tornando cada vez mais rala à medida que nos aproximamos da *faixa setentrional* dos territórios ocupados pelo Sudão, caracterizada sobretudo pela província do Nordeste.

Essa região, que se estende ao norte do paralelo de 16° de latitude norte, é *árida*, pobre em vegetação, podendo

mesmo ser considerada como uma *continuação do Sahara*, que aí penetra já sob os nomes regionais de *deserto da Líbia e da Núbia*. Vão então se rarefazendo as culturas algodoeiras e aparecendo os *palmeirais produtores de tâmaras*. Por sua vez, os *prados e esteques* oferecem campo para a *pecuária* constituída por rebanhos nômades de gado lanar, caprino, bovino, como também de camelos.

Formando uma espécie de antecâmara do Egito, o Sudão setentrional é o menos povoado, mesmo em se tratando de seu litoral no mar Vermelho onde, além de *Porto Sudão*, se destaca *Suakin*, este já numa ilha rochosa.

Se a vida do Egito gira em torno da *bacia do Nilo*, o mesmo princípio é aplicado ao Sudão. No Sudão, o Nilo recebe seus mais caudalosos afluentes, formando as mais importantes *cataratas*, que se sucedem desde as confluências do Nilo Azul e Athara, até a fronteira com o Egito.

Procedente de Uganda, o *rio Nilo* entra em território sudanês, banhando a cidade de *Nimule* e logo em seguida *Juba*; denomina-se então *Bahr-el-Giabal*, topônimo que se traduz por rio de montanha. Corre em direção ao norte, bifurcando-se para formar o *Bahr-el-Zaraf* ou rio das Girafas, preparando-se então o Nilo para percorrer cerca de 300 km de terras baixas e pantanosas. Recebe as águas do *Bahr-el-Gazal* ou rio das Gazelas, seu único importante tributário da margem esquerda, formado por intrincada rede de confluências entre os quais o *Lol*, o *Jur* e o *Sue*; pela margem direita recebe as águas do *Sobat*, curso navegável vindo da Etiópia.

De Malakal até Khartum toma o nome de *Nilo Branco*, de águas limosas e misturadas com detritos orgânicos, por cruzar terras pantanosas; seu caudal é de 750 m³ durante o período da estiagem, contrastando com a de seu afluente, o *Nilo Azul*, vindo do lago Tana na Etiópia (250 m³).

Entre Khartum e Berber forma a chamada *sexta catarata ou Garri*; além de Berber surge logo a *quinta catarata* formada pelos rápidos de *Gueracheb e Mofrad*; nas imediações de Karina encontra-se a *quarta catarata*, e logo em seguida, após Dongola, a *terceira* conhecida por rápidos de *Hannek*. Antes de entrar no Egito, o Nilo forma em Wadi-Halfa a *segunda e a mais extensa de todas as cataratas*, que se desenvolve numa longitude de 25 km, destacando-se em sua seção inferior vasta série de rápidos onde se encontram cerca de 350 ilhotas.

Nesta seção de cataratas a navegação do Nilo é obstruída, concorrendo assim para a menor aproximação dos centros urbanos setentrionais do país com os localizados na bacia central.

Aliás, é nessa bacia central que se encontra *Khartum*, capital da República Sudanesa, a mais populosa do país, com 135.000 habitantes. Do outro lado do rio, como cidade quase que geminada, *Ondurman* ainda na província de *Khartum*, conta somente com 60.000 pessoas. Nas margens do Nilo Azul e capital de província do mesmo nome, destaca-se *Wad Mendani* com 57.000 habitantes. Os demais núcleos populacionais, ao longo dos rios ou ca-

pitais de províncias, não chegam a atingir a meio milhão de habitantes.

País dos trópicos, de formato irregular, com a maioria de suas fronteiras artificiais, o Sudão é mosaico de raças, religiões e idiomas, a despeito do predomínio político islâmico-árabe. Entre o mundo negro e o árabe, começa como país de águas e termina em área desértica. De relevo variado, seu ecúmeno estatal se encontra na depressão central protegida por grupos montanhosos que se sucedem mais destacados e unidos justamente em sua porta de saída, no mar vermelho.

(agosto de 1975)

A Finlândia No Mundo Báltico-Escandinavo

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBGE

1 — Posição

País do *norte europeu*, estendendo-se entre os paralelos de 60° e 70° de latitude, a *Finlândia ou Suomi*, com 305.396 km² de superfície, equivale mais ou menos à área do nosso Estado do Maranhão (332.171 km²). Limita-se com a *Rússia*, sua maior fronteira terrestre (1.270 km), com a *Suécia e Noruega*, já na península Escandinava. Com prolongada frente marítima nos *golfos de Finlândia e Bótnia*, formados pelo *mar Báltico*, o litoral finlandês mede cerca de 1.100 km.

Envolvida pelo *ambiente polar ártico*, observa-se na Finlândia o chamado fenômeno do sol da meia-noite; a região mais setentrional do país fica sem noites, quando no chamado verão polar o sol praticamente não se põe.

A despeito de sua situação geográfica, embora os invernos sejam bastante longos no Departamento da Lapônia, nos meses mais quentes do verão a temperatura chega a atingir, sobretudo no sul do país, os 32°C. Assim sendo, registra-se no sul a média de verão de 28°C. baixando no inverno para 9°C. Aí os rigores da latitude são em grande parte anulados pela ação da *corrente quente do golfo*, que não impede, no entanto, que os golfos circundantes da Finlândia se congelem, obrigando o país a grandes trabalhos para a desobstrução de seus portos.

2 — Fisiografia

O território finlandês é, de um modo geral, constituído por *um escudo nivelado, peneplanado*, submetido à *ação das geleiras*. Já suas regiões costeiras são caracterizadas por *planícies arenosas* de 50 a 100 km de largura, com altitudes que não ultrapassam os 100 metros; são recortadas e povoadas por *várias ilhas e arquipélagos*, dentre os

quais o de *Aaland*, formando um dos doze Departamentos em que se divide o país. Fechando praticamente o golfo de Bótnia, entre a Suécia e a Finlândia, o arquipélago de Aaland constitui-se de cerca de 6.500 ilhas e ilhotas, numa superfície total de 1.340 km², dos quais 640 km² correspondem à maior de todas.

No sul da Finlândia encontra-se um planalto lacustre, o *Salpausselka*, com altitudes médias de 200 metros, que se estendem até a altura da cidade de Oulu, no golfo de Bótnia. Localiza-se aí a maioria dos lagos finlandeses, interligados por rios, corredeiras, canais naturais e artificiais; o maior de todos é o *Sainaa* com 4.400 km², embora fora deste planalto, já no setor setentrional, tenha destaque o *Inari* com 1.000 km².

O *Salpausselka* é região de morainas que formam as características *assar ou harfujas*, estreitas faixas, porém com dezenas ou centenas de comprimento, com frequentes depressões e interrupções. A medida que caminhamos para o norte, esse planalto vai aumentando suas altitudes para 600 e 700 metros, surgindo então *maciços montanhosos* que culminam no *Haltiaturti* (1.324 metros), já na fronteira com a Noruega; as cristas montanhosas, formadas por morainas e cobertas por bosques se denominam *waaras*, enquanto as desnudas recebem o nome de *tunturi*.

Os rios finlandeses são numerosos, caudalosos, porém de pequeno curso; o maior de todos é o *Keni* (396 km), que desemboca no golfo de Bótnia.

Numa conclusão geral sobre a fisiografia da Finlândia podemos afirmar que em toda sua extensão territorial predominam *massas rochosas das eras mais remotas do globo*.

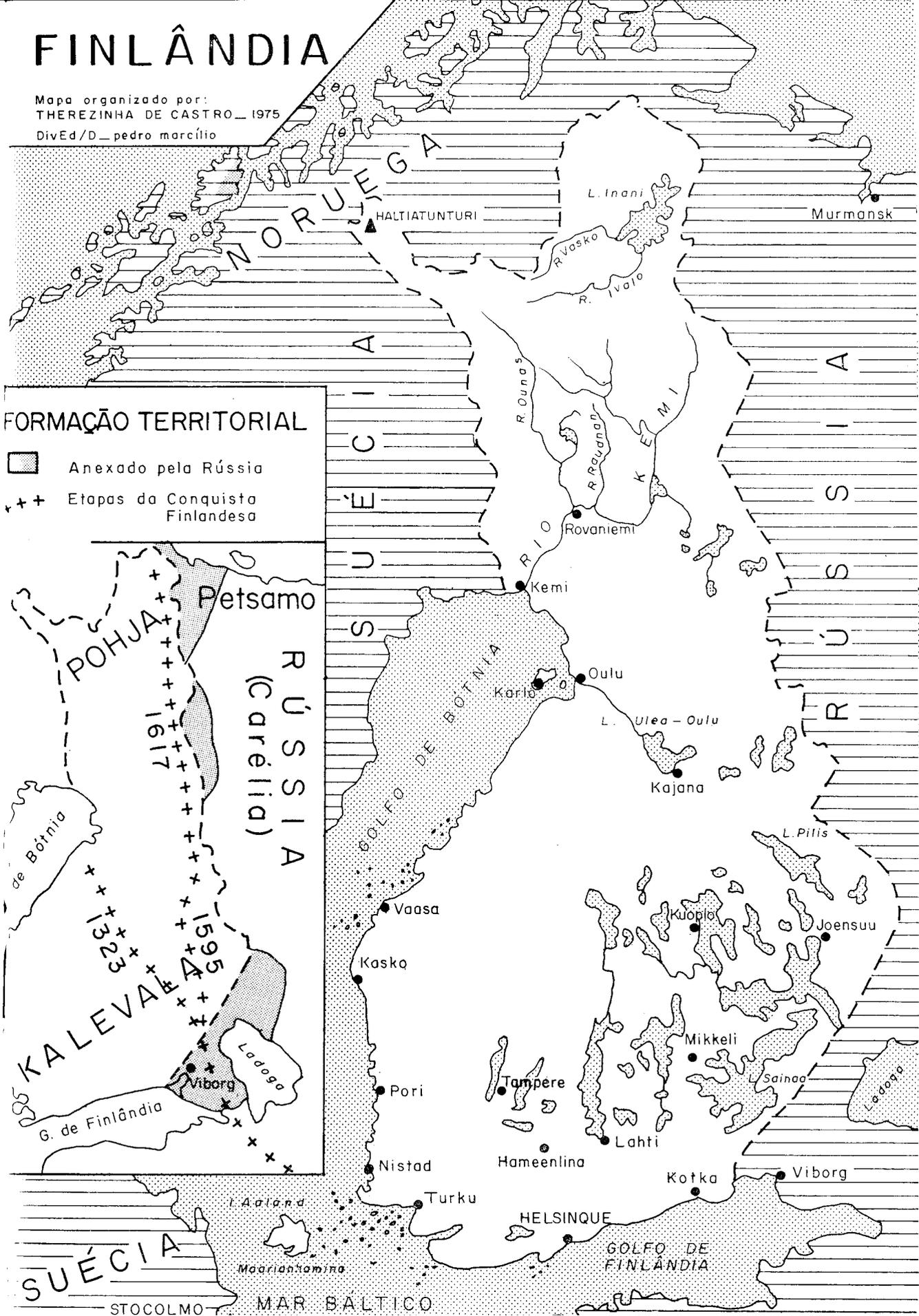
3 — Formação do Estado

Segundo estimativa de 1971, contava a Finlândia com 4.759.000 habitantes, agrupados em sua maior parte no sul do país. Nessa região predominam os *finlandeses*, sendo também importante a presença dos *suecos*, embora componham apenas 7,4% do total populacional. Para o norte já a população vai-se rarefazendo, para se tornar o *habitat* por excelência dos *lapões* (1% do total). Eram esses os habitantes do país quando aí chegaram os finlandeses, no século I e se instalaram no sul, oriundos da bacia do Volga.

Assim, da união de *Pohja*, o núcleo geohistórico dos lapões, situado na parte setentrional do país, com *Kalevala*,

FINLÂNDIA

Mapa organizado por:
THEREZINHA DE CASTRO - 1975
DivEd/D - pedro marcílio



a zona meridional ocupada pelos finlandeses, *nasceria um Estado*. Estado que iria, por vários séculos, girar na *órbita de seus vizinhos russos e suecos*.

Quando por volta do século XII a Suécia tornou-se nação forte no Báltico, a ela foi aos poucos se integrando a Finlândia; completando-se a integração no século XIV, transformava-se num *Grão Ducado Sueco* (1353). Continuava, porém, a manter a sua individualidade através de uma Corte Suprema e moeda própria, mas adotava o *luteranismo sueco*, religião ainda hoje professada pela maioria dos finlandeses.

No século XVIII a Rússia começou a se interessar mais vivamente pelo Báltico; tornava-se, por isso, rival da Suécia, enquanto a Finlândia transformava-se, por sua posição centralizada entre contendores, numa *zona de tensão*. Palco de batalhas entre russos e suecos, a Finlândia em 1721, pela Paz de Nistadt via diminuídos os seus territórios, ao entregar a Carélia à Rússia. Finalmente, pela Paz de Hamina, passava a Finlândia, em 1809, à categoria de *Grão Ducado Russo*.

Nesta situação permaneceria por pouco mais de um século, quando a violação do individualismo finlandês ocasionaria a revolução de 1905. Valendo-se da revolução comunista de outubro de 1917 na Rússia, os direitistas finlandeses, chefiados pelo General Mannerheim e auxiliados pelos alemães, derrotam o exército vermelho; conseguia, assim, a Finlândia ser reconhecida como *nação soberana* pelos russos, em 1920, através do Tratado de Tartou.

Sob pretexto de que se constituía num território estratégico, imprescindível à defesa da Rússia, poucos meses depois de iniciada a Segunda Guerra Mundial (novembro de 1939), era a Finlândia invadida. Sabendo que sua invasora havia sido invadida em 1941 pelos alemães, a Finlândia aliava-se aos nazistas. Por sua posição no segundo conflito mundial, além dos 10% de seus territórios tomados pela Rússia em 1940, durante a chamada Guerra do Inverno, constituídos pela maior parte da Carélia e cidade de Viipuri (atual Viborg), a Finlândia perdia, ainda, para os russos a região de Petsamo, no nordeste da Lapônia, onde possuía ricas jazidas de níquel; subtraída de Petsamo, perdia também a Finlândia a sua saída estratégica para o oceano Glacial Ártico.

Embora amputada territorialmente, o Tratado de Paris (1947) reconhecia a Finlândia como nação independente, dentro do *regime republicano*.

4 — Situação Econômica

Tendo que arcar com grande dívida de guerra (300 milhões de dólares ouro) pagáveis à Rússia no prazo de oito anos, a Finlândia procurou desenvolver suas *indústrias*, sobretudo as especializadas em construção naval, mecânicas e têxteis. Sua indústria metalúrgica (14% das exportações), reflete, sobretudo, a riqueza do subsolo finlandês em *cobre*, explotado nas jazidas de Otokumpu, Paroinen e Aijala, como também em *níquel*, encontrado na região de Makola

Não possuindo jazidas carboníferas, com exceção da hulha branca, sua energia advém do *potencial hidroelétrico* obtido em especial na área comandada por Oulu e zona do rio Kemi.

Tendo cerca de 2/3 de seu território coberto por *bosques* (pinheiros, bétulas, abetos e álamos), a *indústria madeireira* tem lugar de destaque na economia do país, que supre mercados internacionais com celulose, pasta de papel, papel, papel laminados e até casas pré-fabricadas.

Os diferentes produtos madeiros constituem quase que 80% das exportações totais finlandesas; daí o provérbio tradicional: "Finlândia sem bosques é como osso sem pele". Daí também o cuidado em se conservar os bosques, mesmo a expensas de terras aráveis, pois esses fornecem a principal matéria que o país oferece aos mercados mundiais, e fazem da Finlândia uma das principais reservas européias em madeira branca.

Nas regiões costeiras e lacustres é praticada *ativa pesca*, sobretudo do salmão, arenque e truta, embora sob o ponto de vista industrial a *pecuária* tenha maior importância, por fornecer matéria-prima para a fabricação de *queijos e manteigas exportáveis*.

Ao lado da exploração florestal, a economia finlandesa baseou-se durante muito tempo, com certa exclusividade, na *agricultura*. Hoje, os 10% de seu território cultivável dedicam-se à plantação de batatas e vários cereais entre os quais a aveia, o trigo, o centeio e a cevada. Depois da Segunda Guerra Mundial, teve a Finlândia que enfrentar verdadeira *revolução agrária*, a fim de instalar cerca de 35.000 famílias rurais que tiveram de abandonar as granjas que possuíam em territórios cedidos aos russos. Em 1951 a quase totalidade dessas famílias já possuía o seu terreno na Finlândia, nos novos tipos denominados de "*granjas quentes*". Estas "*granjas quentes*", sob orientação do governo, contrastando com as

“granjas frias”, transformaram-se em propriedades mais equilibradas, através da combinação da agricultura, pecuária e, sobretudo, exploração florestal, que não deve faltar.

Por sua vez, embora tenham vivido durante muito tempo como nômades criadores de rena, os lapões começam aos poucos a se integrar na vida moderna do país, orientando suas atividades no sentido da produção de carne para venda. Trata-se, assim, de um novo movimento de união das duas Finlândias, desta vez sob o prisma econômico, envolvendo a área geopolítica neutra da Lapônia propriamente dita ao ecúmeno estatal do país ainda concentrado no sul.

Encontram-se, pois, no sul os principais núcleos urbanos finlandeses comandados por Helsinque, capital desde 1813. Anteriormente, a capital era Turku (Abo), considerada como a mais antiga cidade do país, pois foi fundada em 1229, protegida em baía formada pelo Báltico. Porto situado a leste de Helsinque, Kotka se converteu em importante centro serralheiro, dedicando-se em especial à fabricação da polpa.

Tampere data de 1779, construída nas margens do Tammerkoski, a comunicação natural entre os lagos Näsijärvi e Pyhäjärvi que fornecem toda a fonte de energia para o funcionamento de seu parque industrial. Também no interior, Lahti dista apenas 100 km de Helsinque, destacando-se por suas indústrias, orgulhando-se por possuir a maior fábrica de móveis da região.

Pori, no golfo de Bótnia, além da metalurgia do cobre, dedica-se a indústrias madeireiras e têxteis. No mesmo golfo, e também porto importante, Oulu é parque industrial, gozando de ótima posição por se constituir em centro de entroncamento rodoviário e ferroviário de linhas que convergem para o norte.

5 — Conclusão

Por seu aspecto fisiográfico, econômico e geohistórico, são diferentes as duas Finlândias, formadas em passado remoto pela união de Kalevala e Pohja.

País dos mil lagos, ocupando uma superfície de 31.663 km², constituem-se em sua maioria em excelentes vias de comunicação; a Finlândia é, assim, produto da aliança entre a terra e a água no seu interior, como também nas zonas litorâneas, onde a terra firme avança para o mar para envolver uma costa semeada de arquipélagos. Nessas condições conclui, com certo exagero Genivet: “Submetido à influência deste meio físico, o finlandês é o homem mais aquoso da Europa; sua cor é aquosa; seu cabelo é em geral louro úmido (se me for permitido inventar esse matiz); seus olhos serenos e pouco expressivos denotam algum parentesco com os dos peixes; por seu molejo do corpo, merece ser qualificado como bímanso da ordem dos anfíbios”. (Geografia Universal Ilustrada-Tomo I-pág. 69)

Na conjuntura geral do mundo báltico-escandinavo, a Finlândia tem sido continuamente envolvida pelos interesses das grandes potências. Na atualidade, constitui-se numa espécie de “cordão sanitário” que as democracias do Ocidente ergueram frente à Rússia; como também numa ponte natural que procura unir a Europa com a península Escandinava.

Não sendo eslavos, os finlandeses não participam, do mesmo modo que os países da Europa Central, da pugna com a área germânica. Por outro lado, não são inteiramente escandinavos, preferindo que se empregue sempre a expressão de países nórdicos no momento em que se queira descrever aqueles peninsulares, juntamente com a Finlândia.

(agosto de 1975)

Arquipélago das Bahamas

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBGE

1 — Considerações Geográficas

As Bahamas também chamadas *Luciais* constituem o arquipélago das *Antilhas*, composto de 24 ilhas, 661 caios e cerca de 2.387 ilhotas, formando um arco que se estende desde a península da Flórida até S. Domingos. Pela posição que ocupam, essas ilhas formam uma espécie de anteparo de cerca de 1.000 km, atravessado pelo trópico de Câncer e envolvendo Cuba.

Com área avaliada em 13.590 km², assentam-se essas ilhas sobre uma plataforma submarina com menos de 100 metros de profundidade, formando, na realidade, vários bancos. O Grande Banco das Bahamas envolve um conjunto de 96.000 km² de plataforma, circunscrevendo as ilhas de Andros, New Providence, Cat Exuma, Long Watling, Acklins e Eleutera, ao lado de outras menores, como terras emersas. Já ao Pequeno Banco das Bahamas pertencem as terras emersas da Grande Bahama, as Ábaco, ao lado de cayos e ilhas menores, perfazendo uma área conjunta global, com a plataforma de 14.000 km².

O oceano Atlântico, que banha o arquipélago, integrando-se a ele através da plataforma submarina, é, pois, de pouca profundidade, constituindo-se exceção as zonas ocupadas pelos canais. O canal da Flórida dá saída para a corrente do Golfo; o canal Providence do Noroeste une-se, ao sul da ilha de Ábaco, com o canal Providence do Nordeste; e o canal Velho das Bahamas separa o arquipélago da ilha de Cuba.

O solo das ilhas Bahamas ou é de rocha calíça, ou formação coralígena, ou então de resíduos arenosos solidamente concretados e acumulados pelos ventos, na época em que a atual plataforma submarina se encontrava a descoberto.

Apresentando lagoas e mangues, o relevo das Bahamas é caracterizada-

mente baixo; suas colinas não ultrapassam, em geral, os 60 metros, destacando-se, por isso, uma espécie de lombada na ilha Cat que atinge 121 metros de altura.

Só a ilha Andros possui pequenas correntes fluviais; as demais, carecendo de rios, extraem a água potável de que necessitam através de poços ou então de cisternas, onde se acumulam águas das chuvas. O problema da água é, assim, um dos mais cruciantes a ser enfrentado pela população local, sobretudo pela que vive em núcleos urbanos.

A economia do arquipélago baseia-se na agricultura e na pesca. Suas principais plantações são as de tomate e sisal; além da caça à tartaruga, a pesca de lagostins e, sobretudo, a da esponja constituem-se em fontes de renda nas exportações. Dos bosques de Andros e Ábaco se extrai madeira exportável.

A variação anual da temperatura é de 24° a 29°C, sendo de 1.270 mm. a média pluviométrica. O arquipélago se constitui, assim, em magnífica estação de inverno, recebendo grande número de turistas que lhe trazem fonte de renda.

Nassau, localizada na ilha de New Providence é a capital do arquipélago, e das mais concorridas estações invernais. Além de outros núcleos urbanos de menor projeção, destaca-se na ilha de Maguaiana a base naval estadunidense de Baía Abraham.

2 — Considerações Históricas

Faz parte do arquipélago das Bahamas a ilha de Wlating, que os índios chamavam de *Guanaani* e os espanhóis batizaram como *San Salvador*. Foi nesta ilha, quase na altura do trópico de Câncer, que Cristóvão Colombo realizou o seu primeiro desembarque em terras americanas, a 12 de outubro de 1492.

Abandonadas logo em seguida pelos espanhóis, transformaram-se as ilhas deste arquipélago em pontos de refúgio para piratas. Tendo-se estabelecido nas Bermudas, em 1609, daí saíram os ingleses para se apossarem das Bahamas, já no século XVIII, transformando a ilha de New Providence num centro de resistência contra a pirataria.

Valendo-se das dificuldades inglesas durante a guerra de independência dos Estados Unidos, uma expedição espanhola comandada pelo Governador Geral de Cuba, Juan Manuel Cagigal, se apoderou de New Providence. Não tendo, porém, efetivado a conquista através do povoamento, no ano seguin-

te, isto é, em 1783, o arquipélago caía mais uma vez, e definitivamente, nas mãos dos ingleses.

Como *Colônia do Reino Unido* manter-se-ia o arquipélago até 1964, quando obteve *autonomia*. Regida por um auto governo, contam as Bahamas com uma Assembléia eleita, mas seu Senado se constitui de elementos nomeados.

Sua *população*, estimada em 1970, é de 175.000 pessoas, distribuídas apenas em 22 ilhas; essa população é composta por cerca de 72% de negros, 14% de mulatos que falam o inglês e adotam

religiões protestantes (batista e anglicana), seguidos por 14% dos europeus e povos de origens diversas.

No *Commonwealth das Bahamas*, o governo do Primeiro Ministro Lyden O. Pindling, que chefia o partido de maioria negra — o PLP (*Progressive Liberal Party*), reivindicou em 1968 o direito de nomear a maior parte dos senadores, controlar a política e a segurança interna, bem como a autoridade necessária para intervir na escolha do Governador.

(setembro de 1975)